



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0204934-1

054

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA E OUTRO

PACIENTES: CLAUDEMIRO ALVES MOTA E OUTROS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA CAROLINA PAES DE SÁ

EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DE MOTIM E DE REVOLTA. ART. 149, III, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR. PLEITO DE NULIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA ANTE A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO LEGAL. QUESTÃO QUE REQUER REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. UNANIMIDADE.

1. A análise do presente *writ* ensejaria o revolvimento de matéria fático-probatória o que, como é consabido, não pode ser objeto de discussão através da estreita via cognitiva do remédio heróico.
2. *Writ* não conhecido.
3. Unanimidade.

ACÓRDÃO

055



Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0204934-1 onde figuram como pacientes Claudemiro Alves Mota, Flávio Vieira da Silveira e José Marcos Bezerra da Silva, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em não conhecer a presente ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 2 de fevereiro de 2010.


Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL 056

PROCESSO Nº 0204934-1

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA E OUTRO

PACIENTES: CLAUDEMIRO ALVES MOTA E OUTROS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA CAROLINA PAES DE SÁ

RELATÓRIO

A acadêmica de direito Yolanda Alexandrino da Silva e o Policial Militar Carlos Roberto da Silva Júnior impetraram o presente *habeas corpus* em favor de CLAUDEMIRO ALVES MOTA, FLÁVIO VIEIRA DA SILVEIRA e JOSÉ MARCOS BEZERRA DA SILVA, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar.

Na inicial, os impetrantes pugnam, em síntese, pela anulação da sentença prolatada nos autos do processo tombado sob o nº 001.2000.033913-0 e conseqüente realização de nova sessão de julgamento, argumentando, para tanto, a ausência de motivação legal na combatida decisão.

Não houve pedido de liminar.

A autoridade apontada como coatora, solicitada a prestar informações, relatou às fls. 26 que os autos do citado processo foram

remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo em vista a sentença exarada por aquele Juízo em 09 de agosto de 2005.

A douta Procuradoria de Justiça se manifestou através do parecer de fls. 30/31 pela denegação da ordem, não vislumbrando o alegado constrangimento ilegal.

É O RELATÓRIO.

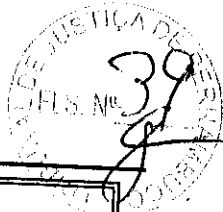
057

Recife, @ 1 de @ 2 de 2010.

Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0204934-1

058

HABEAS CORPUS

IMPETRANTES: YOLANDA ALEXANDRINO DA SILVA E OUTRO

PACIENTES: CLAUDEMIRO ALVES MOTA E OUTROS

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: ANA CAROLINA PAES DE SÁ

VOTO

Conforme relatado, os impetrantes, requerem que seja declarada a nulidade da sentença condenatória prolatada em desfavor dos pacientes.

Da leitura dos fólios, especialmente dos informes oficiais, ressaí a notícia de que os autos do processo tombado sob o nº 001.2003.033913-0 que tramita em desfavor dos pacientes foram remetidos a este Egrégio Tribunal de Justiça em fevereiro de 2006, motivo pelo qual deixou de prestar as informações pertinentes ao feito.

É cediço que o remédio heróico pode ser impetrado ainda que na pendência de recurso próprio quando versa sobre nulidade manifesta, pois é o instrumento mais rápido e eficaz para sanar ilegalidade ou abuso de poder.

Contudo, no caso em apreço, os impetrantes alegam que o Juízo sentenciante, ao prolatar a sentença, deixou de motivá-la, formando "seu convencimento de que os pacientes agiram dolosamente, baseando-se no fato de que, na fase policial, eles (os

pacientes) optaram por permanecer silentes". Cumpre consignar, pois, que, a análise do presente writ ensejaria o revolvimento de matéria fático-probatória o que, como é consabido, não pode ser objeto de discussão através da estreita via cognitiva do remédio heróico.

É de se destacar, por oportuno, que a sentença ora combatida foi objeto de apelação tombada sob o nº 0134824-7, de onde se observa que, por decisão unânime, foi negado provimento ao referido recurso. Senão vejamos:

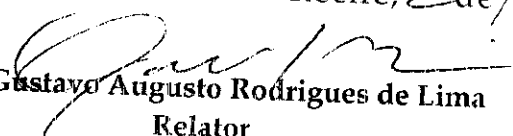
053

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL MILITAR. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE MOTIM E DE REVOLTA. PRELIMINARMENTE. NULIDADE DO JULGAMENTO EM FACE DE TER ESTADO PRESENTE À SESSÃO UM MEMBRO DO CONSELHO PERMANENTE DE SENTENÇA. REJEIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO. INOCORRÊNCIA. SIMPLES ATO DE DESOBEDIÊNCIA ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE. APELOS IMPROVIDOS. I - Como bem alegado pela defesa, o membro do Conselho foi substituído, não participando, assim, do julgamento, o que demonstra, dessa forma, a inexistência da irregularidade apontada. II - Inexiste nos autos prova de que o Membro do Conselho tenha influenciado no resultado do julgamento, sendo certo que, nesses casos, o ônus da prova cabe a quem alega, nem tampouco qualquer óbice que impedisse o mesmo de assistir àquela sessão de julgamento. III - Não merece reforma, e conseqüente absolvição dos réus, sentença que os condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos. IV - O magistrado formou seu convencimento com base no acervo de provas coligidas aos autos, porquanto não restou dúvida acerca da responsabilização dos acusados na prática do delito ora em comento. V - O Estado não se quedou inerte e, em obediência e estrita observância às normas constitucionais, penais e processuais militares pertinentes, e ao Estado de Direito, através da decisão que ora se impugna impôs aos infratores a legal e devida reprimenda estatal, configurando-se inadmissível aceitar-se como simples ato de desobediência administrativa a agressão perpetrada ao Estado de Direito e à Polícia Militar de Pernambuco pelos réus apelantes. VI - Preliminar rejeitada à unanimidade de votos. VII - Apelações a que se nega provimento. Decisão unânime. ACORDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 134824-7, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento aos recursos, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto. Recife, 26 de Outubro de 2009." (Acrim. 0134824-7. 3ª Câmara Criminal. Rel. Des. Alderita Ramos de Oliveira. Julg.: 05/11/2009).

Diante do exposto, voto pelo não conhecimento do presente habeas corpus.

É COMO VOTO.

Recife, 2 de fevereiro de 2010.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator